



**ESTRATÉGIAS DE BENEFÍCIO MÚTUO E PEQUENAS AÇÕES  
PARA GRANDES IMPACTOS NAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

[HTTP://WWW.NOPLANETB.NET/](http://www.noplanetb.net/)  
[PT.NOPLANETB.NET](http://pt.noplanetb.net)

## **Directrizes da candidatura para apresentação de propostas "There isn't a PLANet B!"**

***Apoio financeiro a partes terceiras, grandes ações***



**UM ÚNICO PLANETA PARA TODOS**



## 1. Contexto da candidatura

Estas diretrizes descrevem o processo de seleção das propostas de projeto apresentadas por pequenas e médias Organizações da Sociedade Civil (*denominadas de partes terceiras*) para contribuir para os objetivos do projeto *"There isn't a PLANet B!" Estratégias de benefício mútuo e pequenas ações para grandes impactos nas alterações climáticas*. Os projetos selecionados receberão apoio financeiro, de gestão e participarão ativamente na partilha de conhecimentos e boas práticas, com o objetivo de melhorar as suas oportunidades de trabalho em rede.

O *"There isn't a PLANet B!"* é um projeto de 3 anos cofinanciado pela Comissão Europeia no âmbito do Programa de Educação para o Desenvolvimento e Sensibilização (DEAR), cujo objetivo é desenvolver a consciência e a compreensão crítica dos cidadãos europeus, relativamente ao mundo interdependente do seu papel, responsabilidade e estilos de vida em relação a uma sociedade globalizada.

Sob a coordenação da *Fondazione punto.sud* - Itália, o *"There isn't a PLANet B!"* envolve parceiros da Roménia (*Asociația Serviciul Apel*), Portugal (*AMI - Fundação de Assistência Médica Internacional*), Espanha (*Fondo Andaluz de Municipios para la Solidaridad Internacional*), Alemanha (*finep akademie e.V.*) e Hungria (*Hungarian Baptist Aid*).

O projeto, iniciado em 1 de novembro de 2017, visa introduzir modelos práticos de comportamentos económicos e sociais onde a interdependência global e o sentido de co-responsabilidade da sociedade europeia em três dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS – (11, 12, 13) desencadeia também práticas claras e sólidas na União Europeia, permitindo que pequenas e médias Organizações da Sociedade Civil (OSC) nos países parceiros se tornem ativas a nível local, regional e nacional.

O projeto foi concebido considerando três vertentes principais:

- A. **Apoio financeiro**, para apoiar o acesso das pequenas e médias OSC aos fundos da União Europeia. Serão disponibilizados recursos financeiros, através de convites à apresentação de propostas, convites à apresentação de ideias e outros concursos públicos, para a implementação de grandes ações (projetos de médio a longo prazo com duração de 12-18 meses) e pequenas ações (projetos de curto prazo com duração de 6-12 meses)<sup>1</sup>. As grandes e pequenas ações devem abordar as prioridades gerais do projeto e alcançar resultados em pelo menos um dos três ODS selecionados (11, 12 e 13).
- B. **Capacitação e partilha de conhecimentos**, para fortalecer o conhecimento e as capacidades de pequenas e médias OSC, para lançar iniciativas de advocacia que contribuam para os ODS. A implementação das subvenções concedidas será acompanhada de forma garantir o alcance efetivo dos resultados esperados. Um pacote diversificado será projetado, incluindo sessões de formação e formação online (*webinars*) sobre advocacia e sensibilização, políticas de educação para o desenvolvimento, ODS alvo do projeto, o uso de redes sociais para advocacia, captação de recursos e *crowdfunding*.
- C. **Reforço da rede de oportunidades**, para aumentar a confiança, desencadear novas ideias e aumentar o capital social, bem como para assegurar o impacto dos projetos apoiados e criar efeitos multiplicadores. Será criado um centro virtual para garantir a visibilidade adequada dos projetos apoiados, recolha e intercâmbio de experiências com as OSC de outros países. Serão também criadas páginas/grupos de redes sociais, conectadas ao centro virtual.

Pequenas e médias OSC (cerca de 90 no total) são o principal grupo alvo do projeto. Os beneficiários finais são os cidadãos europeus que estarão mais sensibilizados sobre os impactos globais nas alterações climáticas e a redução das consequências para hemisfério sul em grande escala. Os Governos locais, OSC (e indivíduos) de países terceiros e outras instituições envolvidos em atividades do projeto, também são considerados beneficiários, uma vez que se espera que alguns contributos do projeto tenham impacto positivo sobre eles.

Para mais informação, visite os *website* do projeto [www.noplanetb.net](http://www.noplanetb.net) e da AMI [www.ami.org.pt](http://www.ami.org.pt)

<sup>1</sup> A presente convocatória serve para atribuir subvenções para as grandes ações



## 2. Objetivos e prioridades da candidatura

O principal objetivo do apoio financeiro prestado por esta candidatura é contribuir para o desenvolvimento do conhecimento e da compreensão crítica entre os cidadãos da UE sobre a interdependência global e do sentido de co-responsabilidade da sociedade europeia em matéria de alterações climáticas (*objetivo global*) através da promoção e do envolvimento de pequenas e médias OSC ativas na área da sensibilização e advocacia nas questões ambientais para promover projetos eficazes em prol dos cidadãos europeus, em matéria de alterações climáticas e vida sustentável (*objetivo específico*).

A candidatura identificou três áreas prioritárias para alcançar os objetivos específico e global do programa:<sup>2</sup>

- *Tornar cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11)* para permitir que as pessoas possam progredir social e economicamente e para criar empregos, prosperidade e oportunidades para todos (com acesso a serviços básicos, energia, habitação e transporte).
- *Assegurar padrões sustentáveis de produção e consumo (ODS 12)*, que promovam recursos e eficiência energética, infraestruturas sustentáveis e acesso a serviços básicos, empregos dignos e ambientalmente responsáveis e melhor qualidade de vida para todos.
- *Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos (ODS 13)*, através de soluções acessíveis e escalonáveis, que estão agora disponíveis para permitir que os países avancem para economias mais limpas e mais resilientes.

A fim de serem considerados para financiamento, os projetos propostos devem estar de acordo com apenas uma das seguintes sub-prioridades e devem promover ações efetivas para o benefício dos cidadãos sobre as alterações climáticas e vida sustentável, ***através do envolvimento de pequenas e médias OSC ativas em advocacia e sensibilização.***

Em Portugal, esta candidatura contempla três áreas prioritárias com as seguintes sub-prioridades:

Área Prioritária 1: *Tornar as cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11):*

- **Transportes sustentáveis nas cidades:** através da promoção de formas inovadoras de transporte e da melhoria dos conhecimentos dos cidadãos sobre meios de transporte ecológicos.
- **Gestão de resíduos:** através de sistemas sustentáveis de gestão de resíduos, melhoria dos conhecimentos dos cidadãos sobre a gestão sustentável dos resíduos.

Área Prioritária 2: *Garantir padrões sustentáveis de produção e consumo (ODS 12)*

- **Consumo e produção responsáveis:** através de iniciativas inovadoras e de educação ambiental em áreas como, por exemplo, a reciclagem de embalagens, a redução do desperdício alimentar, os padrões de consumo sustentáveis e ecológicos e o estímulo das produções locais.

Área Prioritária 3: *Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos (ODS 13)*

- **Ações para combater alterações climáticas:** através da promoção de pequenos projetos/ações relacionados, em especial, com os transportes, a energia, a agricultura e as florestas, com vista a, por exemplo, contribuir para a redução de gases de efeito estufa, impulsionar soluções de energia renovável, promover a gestão dos recursos hídricos e reduzir a vulnerabilidade às alterações climáticas.

---

<sup>2</sup>Definição retirada de [www.un.org/sustainabledevelopment/](http://www.un.org/sustainabledevelopment/)



### 3. Atividades que podem ser financiados no âmbito desta convocatória

Para ser elegível para cofinanciamento, as propostas de projetos no âmbito desta candidatura devem cumprir com os objetivos e as prioridades da presente candidatura à apresentação de propostas e devem identificar e definir claramente o(s) grupo(s) alvo.

Os candidatos devem apresentar todas as atividades que considerem necessárias para alcançar os objetivos desta candidatura à apresentação de propostas, das demandas nacionais e/ou locais existentes e para obter resultados tangíveis no contexto em que os projetos selecionados serão implementados.

O tipo de atividades que podem ser financiadas inclui: iniciativas de sensibilização e advocacia, eventos, desenvolvimento de práticas inovadoras, educação e atividades de formação e de sensibilização.

Esta lista não pretende ser exaustiva. Pode ser adicionada qualquer outra atividade, considerada necessária para atingir os objetivos da candidatura à apresentação de propostas.

Os projetos que incluam uma ou mais das seguintes atividades serão considerados como tendo um valor acrescentado:

- Atividades inovadoras, ou seja, aquelas que sugiram abordagens/modelos inovadores de intervenção ou ferramentas inovadoras;
- Projetos que privilegiem a eco-inovação e promovam a economia circular, com foco na promoção da ideia de que o trabalho é interdependente e está interligado;
- Projetos com resultados/objetivos claros que possam ser medidos;
- Projetos que promovam parcerias/colaboração com outros tipos de agentes – *stakeholders* - (por exemplo, parcerias público-privadas, colaboração com autoridades locais, empresas com fins lucrativos, etc.).

Além disso, ao preparar o plano de atividades e o orçamento, é obrigatório considerar que:

- As atividades propostas devem incluir iniciativas que facilitem o trabalho em rede e a partilha de práticas com os demais projetos que serão financiados no âmbito desta candidatura e no do projeto global.
- Serão organizadas reuniões e atividades de capacitação durante a implementação dos projetos, para melhorar as capacidades de gestão das organizações que receberão a subvenção no âmbito da presente candidatura, bem como as suas competências na implementação de atividades de sensibilização (por exemplo, advocacia, uso das redes sociais, captação de recursos e outros). Em particular, será organizado um *workshop* no início do projeto (envolvendo 1 colaborador do projeto) e pelo menos outro *workshop* será organizado durante a implementação do projeto (envolvendo 1 colaborador do projeto).
- Os projetos propostos deverão ter impacto a:
  - Nível local: as partes terceiras irão implementar pequenas ações envolvendo cidadãos e comunidades locais, em cooperação com os municípios e regiões, com o objetivo de mudar o comportamento dos cidadãos e decisores;
  - Nível nacional, devido ao constante contacto e possível cooperação entre as partes terceiras e os outros parceiros e agentes (*stakeholders*) do projeto no mesmo país;
  - A nível *pan-europeu*, procurando produzir resultados à escala europeia, as partes terceiras e os parceiros do projeto terão intervenções à escala europeia, envolvendo ações coordenadas e uma abordagem coerente.

No planeamento das atividades, os três níveis devem ser tidos em consideração, mesmo que os projetos se concentrem num único nível (por exemplo, nível local, nacional ou pan-europeu). Graças às atividades em rede, que serão promovidas no quadro do projeto global através de ferramentas baseadas na web, as atividades sugeridas devem incluir iniciativas em rede com atividades semelhantes a nível nacional e a nível pan-europeu, com o objetivo de produzir efeitos mais amplos.

- O financiamento da União Europeia deve ser visível nos materiais produzidos no âmbito dos projetos implementados e financiados da UE. As partes terceiras terão que seguir as diretrizes de



comunicação e visibilidade da União Europeia. Serão fornecidos, para esse efeito, ferramentas, manuais e orientações durante a implementação do projeto.

- As auditorias serão realizadas durante toda a implementação por um auditor externo certificado. O custo da auditoria não deve ser incluído no orçamento dos projetos propostos. Por outro lado, os custos de envio da documentação para a sede da AMI e/ou para estar presente nas suas instalações durante a auditoria são elegíveis e devem ser incluídos no orçamento.

#### **4. Apoio financeiro**

O montante global indicativo disponibilizado para esta candidatura à apresentação de propostas é de 500.000 €.

Qualquer proposta apresentada ao abrigo da presente candidatura deve situar-se entre os seguintes montantes mínimo e máximo:

- Montante mínimo: EUR 30.000
- Montante máximo: EUR 80.000

Além disso, qualquer proposta apresentada ao abrigo da presente candidatura, não pode exceder os 90% do total dos custos elegíveis. O saldo, ou seja, 10% deve ser financiado por outras fontes que não a UE (ou seja, fundos privados, outras agências de financiamento, etc.).

A AMI reserva-se o direito de não atribuir todos os fundos disponíveis, em caso de qualidade insuficiente das propostas recebidas e/ou em caso de número insuficiente de propostas recebidas.

#### **5. Quem pode candidatar-se?**

Para ser elegível para uma subvenção ao abrigo desta candidatura, a organização requerente deve satisfazer cumulativamente:

- Ser legalmente constituída
- Ser uma organização sem fins lucrativos
- Ser uma Organização da Sociedade Civil<sup>3</sup>
- Estar sediada em Portugal
- Ter um volume de negócios anual inferior a 300.000 EUR
- Ter provas de gestão com sucesso de projetos similares nos últimos 3 anos
- Não ter beneficiado de um financiamento no âmbito do Programa DEAR (apresentação de candidaturas em 2016), direta ou indiretamente (por exemplo, através do apoio financeiro a terceiros de uma ação financiada pelo DEAR).

Os candidatos podem participar na candidatura em parceria com outras organizações, que devem cumprir plenamente os critérios de elegibilidade referidos acima.

Apenas uma proposta de projeto pode ser financiada para cada candidato, no âmbito desta candidatura.

#### **6. Localização**

As atividades devem ser implementadas em Portugal continental e Ilhas.

<sup>3</sup> As organizações da sociedade civil são atores não estatais, sem fins lucrativos, que operam de forma independente e responsável, incluindo: organizações não governamentais, organizações representativas de povos indígenas, organizações representativas de minorias nacionais e/ou étnicas, organizações da diáspora, organizações de migrantes em países parceiros, associações de comerciantes e grupos de cidadãos, cooperativas, associações patronais e sindicatos (parceiros sociais), organizações representativas dos interesses económicos e sociais, organizações que lutam contra a corrupção e a fraude e promovem a boa governação, organizações que lutam contra a discriminação e organizações de defesa dos direitos civis, organizações locais (incluindo redes) envolvidas na cooperação e cooperação regional descentralizada, organizações de consumidores, organizações de mulheres e juventude, organizações ambientais, de ensino, culturais, de pesquisa e organizações científicas, universidades, igrejas e associações e comunidades religiosas, os meios de comunicação social e quaisquer associações não governamentais e fundações independentes, incluindo fundações políticas independentes, suscetíveis de contribuir para a implementação dos objetivos do Regulamento ICD.





## 7. Duração do projeto

O projeto deverá começar a 1 de Novembro de 2018. Atividades iniciadas antes desta data não podem ser financiadas.

A duração mínima do projeto será de 12 meses, enquanto a duração máxima será de 18 meses.

## 8. Custos elegíveis

Apenas custos elegíveis podem ser considerados para a subvenção. Os custos elegíveis devem basear-se em custos reais com base em documentos comprovativos.

- Custos diretos elegíveis:
  - o São incorridos durante a implementação do projeto, conforme especificado no contrato de sub-concessão. Os custos devem relacionar-se, portanto, com as atividades realizadas durante o período de implementação;
  - o São indicados no orçamento geral;
  - o São necessários para a execução do projeto;
  - o São identificáveis e verificáveis, em particular sendo registados nos registos contabilísticos dos beneficiários da sub-subvenção e determinados de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis em Portugal;
  - o Estão em conformidade com as exigências de impostos e a legislação social aplicáveis.

Nota: todos os critérios acima devem ser seguidos.

- Custos não elegíveis. Os seguintes custos não são elegíveis:
  - o Encargos financeiros e bancários;
  - o Dívidas e encargos do serviço da dívida;
  - o Provisões para perdas e potenciais passivos futuros;
  - o Custos declarados pelo(s) Beneficiário(s) e financiados por outro projeto ou programa que beneficie de uma subvenção da UE;
  - o Aquisições de terrenos ou de edifícios;
  - o Compra de veículos, a menos que se demonstre que a compra é necessária para a finalidade da implementação do projeto;
  - o Arrendamento de escritório, salvo se o requerente puder demonstrar que o arrendamento do escritório adicional e específico é necessário para os efeitos da execução do Projeto;
  - o Impostos, incluindo o IVA, a menos que o(s) Beneficiário(s) demonstre que não pode recuperá-los;
  - o Crédito a partes terceiras;
  - o Contribuições em espécie (por exemplo, valorização de equipamentos existentes, doações, trabalho em regime de voluntariado, etc.)

## 9. Como se candidatar

O procedimento de candidatura no âmbito da presente candidatura tem duas etapas.

1. Etapa: fase da pré-proposta.
  - a. O modelo da pré-proposta (ver anexo I-A) deve ser submetido juntamente com a cópia dos estatutos e de registo da Organização.  
É necessária informação sobre a relevância do projeto proposto, nesta fase, juntamente com algumas informações para confirmar a elegibilidade do candidato (e dos eventuais parceiros) e das atividades propostas. Por favor, note que apenas o montante total do financiamento solicitado deve ser fornecido (não é necessário orçamento detalhado), bem como o montante do cofinanciamento necessário.



- b. As pré-propostas devem ser submetidas através da submissão dos formulários de candidatura na plataforma: [www.noplanetb.net](http://www.noplanetb.net), até às 23h59 do dia 25 de Maio 2018. As pré-propostas enviadas após o prazo e/ou apresentadas de qualquer outra forma não serão consideradas para a avaliação.
  - c. Apenas as pré-propostas pré-selecionadas serão admitidas na etapa 2 do procedimento.
2. Etapa: fase de proposta completa.
- a. A candidatura de proposta completa deve ser enviada somente pelas organizações pré-selecionadas. Informações adicionais podem ser solicitadas pela AMI aos candidatos durante a avaliação das pré-propostas.  
As candidaturas completas serão desenvolvidas com o apoio da AMI. A candidatura de proposta completa é composta pela Proposta Completa (Anexo I-B), o Orçamento detalhado (Anexo II), a Declaração das Partes Terceiras (Anexo I-C) e o Memorando de Entendimento entre o(s) parceiro(s), caso a proposta do projeto seja apresentada em conjunto com um ou mais parceiros. A informação requerida nesta fase está relacionada com a descrição completa das atividades que são propostas, assim como a metodologia, efeitos multiplicadores, plano de trabalho, etc.  
Os aspetos descritos na fase de pré-proposta não podem ser modificados na proposta completa. Qualquer eventual alteração será sujeita a avaliação. Apenas pequenas alterações podem ser introduzidas durante a formulação da proposta completa e estas serão previamente acordadas com a AMI. Em qualquer caso, o orçamento detalhado durante a proposta completa poderá ter uma variação (superior ou inferior) de até 20%, relativamente ao valor de orçamento indicado na pré-proposta.
  - b. As propostas completas devem ser submetidas de acordo com as modalidades e considerando o prazo definido na notificação aos pré-seleccionados.

Como regra geral:

- Os requerentes devem submeter as suas candidaturas em Português.
- Não serão aceites candidaturas manuscritas.

Por favor, note que apenas os documentos obrigatórios previstos para cada etapa do procedimento devem ser avaliados. Portanto, é de extrema importância que os documentos obrigatórios contenham todas as informações pertinentes. Nenhum anexo adicional deve ser enviado.

Para qualquer informação sobre o candidatura, por favor envie um email para [noplanetb@ami.org.pt](mailto:noplanetb@ami.org.pt). As respostas às questões serão facultadas até 1 semana antes do prazo final de candidaturas e serão publicadas no plataforma/*website* da candidatura ([www.noplanetb.net](http://www.noplanetb.net)), para que todos os potenciais candidatos tenham acesso às informações relevantes.

Serão realizadas cinco sessões de informação que terão lugar em Lisboa no dia 20 de abril; em Faro, no dia 24 de abril; no Porto, no dia 4 de maio; na Madeira (Funchal), no dia 8 de maio e nos Açores, no dia 14 de maio. As organizações devem fazer um registo para garantir a presença na sessão de informação (são permitidas no máximo 2 pessoas por organização) enviando um email para [noplanetb@ami.org.pt](mailto:noplanetb@ami.org.pt) com o assunto - *registo na sessão de informação* - e indicando o(s) nome(s) da(s) pessoa(s), nome da organização e a cidade da sessão de informação. As inscrições estarão disponíveis até 17 de abril, para Lisboa; 20 de abril, para Faro; 30 de abril, para o Porto e Madeira (Funchal) e 9 de maio, para os Açores. Todos os participantes receberão confirmação da inscrição e informações detalhadas sobre a sessão.

## 10. Avaliação e seleção das candidaturas

As pré-proposta e as propostas completas serão avaliadas por uma Comissão de Avaliação, que será composta por especialistas em desenho e gestão de projetos e especialistas sectoriais.



Se a análise das candidaturas (pré-proposta e/ou a proposta completa) revelar que o projeto proposto não satisfaz os critérios de elegibilidade acima definidos, e/ou se as informações prestadas estão incorretas e/ou nem todas são obrigatórias, os pedidos serão rejeitados por essa única razão.

## **11. Lista dos anexos:**

Anexo I-A - Modelo da pré-proposta

Anexo I-B - Modelo de proposta completa

Anexo I-C - Declaração das partes terceiras

Anexo II - Orçamento

Anexo III - Contrato com as partes terceiras

Anexo IV - Modelo de relatório(s) descritivo(s)

Anexo V - Modelo de relatório financeiro



**UM ÚNICO PLANETA PARA TODOS**

